

A HISTORIOGRAFIA DA PSICOLOGIA ENQUANTO ESPAÇO RACISTA E A ATUAL TENTATIVA DE SE DIFUNDIR ANTIRRACISTA NO MOVIMENTO NEGRO

THE HISTORIOGRAPHY OF PSYCHOLOGY AS A RACIST SPACE AND THE CURRENT ATTEMPT TO SPREAD ANTI-RACIST IN THE BLACK MOVEMENT

FERNANDES, Francisca Soares Magalhães¹
LEITE, Isabelly Perin Quintana²
RODRIGUES, João Paulo Montenegro³
ARRUDA, Maria Luiza Mendes de⁴
VIEIRA, Rebeca Cardoso⁵
RODRIGUES, Renata Vilela⁶

RESUMO

A pesquisa resgata brevemente a história de como a Psicologia se difundiu como ciência e profissão sendo racista, perpetuando discursos racista e pseudojustificativos. Em seguida, debate como, contemporaneamente, esta ciência e profissão está tentando ocupar o espaço antirracista envolvida como os movimentos negros. Nessa direção, objetiva analisar a historiografia da presença do racismo no campo da Psicologia, visando contribuir para a promoção de práticas psicológicas mais justas e igualitárias por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica. Como resultados, apresentamos o lugar de higienização que a Psicologia se apropria, colaborando para estudos e pesquisa na área que relaciona Psicologia e relações étnico-raciais, enegrecendo-se, para de fato tomar ciência do lugar racista que ocupou e ocupa, para assim intervir a favor do movimento negro.

Palavras-chaves: Psicologia Social; Racismo; Saúde Mental e Historiografia.

ABSTRACT

The research briefly rescues the history of how Psychology spread as a science and profession being racist, perpetuating racist and pseudojustifying discourses. Then he debates how, contemporaneously, this science and profession is trying to occupy the anti-racist space involved as the black movements. In this direction, it aims to analyze the historiography of the presence of racism in the field of Psychology, aiming to contribute to the promotion of fairer and more egalitarian psychological practices through documentary and bibliographic research. As a result, we present the place of hygiene that Psychology appropriates, collaborating for studies and research in the area that relates Psychology and ethnic-racial relations, blackening itself, to in fact become aware of the racist place that it occupied and occupies, in order to intervene in favor of the black movement.

Keywords: Social Psychology; Racism; Mental Health and Historiography.

¹ Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG; e-mail: franciscamf970@gmail.com

² Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG; e-mail: isabellyperin@gmail.com

³ Graduando do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG; e-mail: joaopaulo26970@gmail.com

⁴ Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG; e-mail: malu.mendesarruda@gmail.com

⁵ Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG; e-mail: rebecavieira25.9@gmail.com

⁶ Professora Mestra Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande-UNIVAG; e-mail: renata.rodrigues@univag.edu.br

1 INTRODUÇÃO

CERTIDÃO DE ÓBITO
Os ossos de nossos antepassados
colhem as nossas perenes lágrimas
pelos mortos de hoje.
Os olhos de nossos antepassados,
negras estrelas tingidas de sangue,
elevam-se das profundezas do tempo
cuidando de nossa dolorida memória.
A terra está coberta de valas
e a qualquer descuido da vida
a morte é certa.
A bala não erra o alvo, no escuro
um corpo negro bambeia e dança.
A certidão de óbito, os antigos sabem,
veio lavrada desde os negreiros.
(Conceição Evaristo)

Este artigo aborda um estudo e descrição histórica do percurso da Psicologia que se difundiu enquanto ciência e profissão, na qual perpetuou e perpetua até hoje o racismo no Brasil. Entendendo esse percurso histórico e a atuação da Psicologia, o artigo também se interessa em fazer uma análise teórica e crítica sobre o movimento/tentativa da Psicologia se tornar uma ciência e profissão antirracista contemporaneamente.

Entendemos que revisar cientificamente toda a construção da Psicologia seria algo extremamente amplo e complexo. Diante disso, ao decorrer da construção do artigo, a temática se aproximou do contexto brasileiro. De fato, é imprescindível falar da Psicologia sem contextualizá-la e sem mencionar sua consolidação enquanto profissão.

Quando o assunto é racismo, observamos que por diversas vezes, ele é naturalizado e estruturado, tornando-se o que o senso comum denomina de normal, como se fosse um processo/movimento inerente. Permeado na cultura brasileira de maneira excessiva, todavia de modo velado. Iniciando-se no período da escravização, passando por vários processos de construção e fortalecimento, como a higienização social após a falsa ideia da abolição da escravatura, a falta de políticas para amparar os escravizados após a “libertação”. Por consequência dessas e de outras diversas questões, como, desigualdade, discriminação, exclusão trabalhista, social, cultural, política, territorial, e ademais, é que o racismo se fortaleceu e consolidou-se na história do Brasil, fundando um dos países mais racistas do mundo (NUNES, 2006).

Dito isso, foi utilizada a ferramenta de análise de dados interseccionalidade de Patricia Hill Collins (2021), que considera múltiplas dimensões da identidade para compreender como as desigualdades são produzidas e reproduzidas na sociedade, utilizando uma abordagem crítica e integral que busca compreender a complexidade das experiências sociais e a subjetividade do sujeito.

Consideramos extremamente importante mencionar a responsabilidade da Psicologia na perpetuação do racismo. A cartilha de Referência Técnica do Conselho Federal de Psicologia – CFP para atuação de Psicólogos frente às Relações Raciais (2017), cita que a Psicologia foi fator potencializador e perpetuador do racismo, produzindo e legitimando (des)conhecimento racista, validando teorias eurocêntricas que estereotipam corpos negros/as, na tentativa de branquear uma realidade plural.

Nesse sentido, apesar do sistema Conselhos ter sido criado em 1971, e o CREPOP em 2006, só em 2017 foi desenvolvido normas técnicas para os/as profissionais atuarem de forma ética diante das questões raciais. Foram longos 52 anos da Psicologia em mudez sobre questões tão pertinentes como a problemática étnico-racial. Ou seja, durante esses anos, a profissão não apenas tolerou a perpetuação do racismo, mas também contribuiu ativamente para sua manutenção através de um silêncio. Sua inação foi uma afirmação contundente e perpétua da opressão racial. Fatos que indicam que a negação da temática na sociedade tem sido repetida na Psicologia.

É interessante mencionar que a Psicologia, de princípio, se fortaleceu no contexto clínico e ainda ocupa, sendo a formação em Psicologia, majoritariamente voltada para a prática clínica e individualizante. Houveram evoluções no processo de consolidação da profissão, no entanto, ainda é observado que majoritariamente o saber do senso comum, incluindo dos acadêmicos, têm a ideia fantasiosa de que a Psicologia atua apenas no contexto clínico, o que de fato, impacta na carência de pesquisa sobre essa temática e da atuação de uma Psicologia decolonial (MAYORGA et al., 2022).

O que leva a refletir sobre essa ação. Formação em prática clínica é suficiente para combater de forma incisiva o racismo? A atuação da Psicologia na área clínica irá fazer com que a profissão se torne ética e politicamente antirracista?

Segundo Prado Filho e Martins (2007), a Psicologia precisa se tornar mais politicamente engajada e consciente da posição que ocupa, em vez de se concentrar apenas na aplicação de técnicas normativas. Isso pode ajudar a promover novas

formas de subjetividade, conhecimento científico e identidade que resistem às práticas de racismo políticos e sociais existentes.

Desde a década de 1970, a Psicologia no Brasil tem se inserido em um projeto político significativo. Conforme observado por Bock (2010), os movimentos sociais desempenharam um papel crucial ao promover a organização sindical e dos Conselhos, além de suscitar um questionamento substancial sobre a natureza da profissão. Este questionamento emergiu em resposta a inquietações tanto de profissionais quanto de acadêmicos, sendo impulsionado por uma reflexão essencial – ressaltamos a importância de todos os profissionais e acadêmicos de Psicologia se indagarem – "Qual é a minha aspiração enquanto psicólogo: alinhar-me à elite estabelecida?" Este movimento, fundamentado na capacidade de ação, apresentou a oportunidade de fortalecer a profissão em direção a uma abordagem que se diferiu do projeto anterior.

Os psicólogos, anteriormente engajados em funções homogêneas, independentemente do contexto de atuação, viram uma transformação substancial nas práticas clínicas com a entrada de profissionais na esfera da saúde mental e o advento das universidades de Psicologia comunitária. Nesse cenário evolutivo, a Psicologia passou a se diferenciar significativamente de suas práticas convencionais. Esta distinção, catalisada pela introdução de novas abordagens, inclusive por meio de estágios acadêmicos, permeou as instituições de ensino superior, instigando modificações nas estruturas formativas. Nesse ponto, conforme observado por Bock (2010), o compromisso social da Psicologia para com a comunidade começou a ser efetivado como parte integral do projeto político profissional.

Dado que a Psicologia teve suas raízes historicamente associadas à elite, pessoas brancas, os atuais empreendimentos para redefinir a prática e o *ethos* da Psicologia representam uma tentativa de reparar as desigualdades históricas perpetradas contra a população em geral. Notavelmente, por meio de movimentos engendrados por profissionais e acadêmicos, torna-se evidente que o projeto inicial da Psicologia, vinculado à elite, sofreu uma transformação significativa. Este desvio das expectativas iniciais proporcionou uma atuação e uma profissão caracterizadas por uma contextualização mais ampla, inclusividade, ética e uma abordagem decolonial, delineando um caminho mais congruente com os imperativos contemporâneos.

Nesse sentido, argumentamos pela necessidade de um (re)posicionamento mais crítico e atuante nas pautas raciais. Diante disso, existem questões importantes a serem respondidas: Quais são as contribuições do conhecimento psicológico para o desenvolvimento de uma Psicologia racista e como desenvolver uma Psicologia antirracista? E quais movimentos contemporâneos a Psicologia está fazendo para passar de uma ciência e profissão que no Brasil, inicialmente, ajudou a consolidar o racismo para uma profissão que combate a discriminação racial?

2 RACISMO E PSICOLOGIA ANTIRRACISTA

O olhar interseccional na analítica do racismo nos permite ter uma compreensão mais abrangente, precisa e correlacionada com as formas de como as desigualdades são produzidas e reproduzidas na sociedade. A interseccionalidade assume uma perspectiva inclusiva; uma linha interdisciplinar e uma postura reflexiva e questionadora sobre as estruturas de poder e saber, com vistas às experiências sociais e à subjetividade do sujeito (HILL COLINS, 2021).

Conforme delineado por Carneiro (2023), o fenômeno do racismo se entrelaça intrinsecamente com o conceito de biopoder, um sistema que propugna a preservação da vida para a denominada "raça limpa" e a condenação à morte para a designada "raça suja", nomenclatura esta que encontra eco na terminologia de Jesus (2022), que apropriou-se da expressão "corpo dejetado", um corpo carente de higienização, desprovido de saneamento, é impregnado pelo malodor do racismo, refletindo um imaginário coletivo que infelizmente perpetua a concepção equivocada de que indivíduos negros/as são associados à sujeira, imundície e fetidez.

Nessa tessitura, é imperativo compreender que o Estado, como entidade poderosa, consolida e sustenta o biopoder, podendo, inclusive, ser adjetivado como necropolítica, dada a sua capacidade de regular não apenas a vitalidade, mas também a mortalidade da população. A análise proposta sugere que a habilidade do Estado em exercer prerrogativas determinantes sobre a existência e o fim da vida dos indivíduos está inextricavelmente vinculada à opressão estatal, permeada pelo biopoder. Este último, enquanto abordagem que permeia a regulação de aspectos da existência biológica da sociedade, consubstancia-se como uma faceta significativa e, por vezes, nefasta do aparato estatal. O racismo, desse modo, emerge como um protagonista fundamental e estrutural nesse intrincado mecanismo sistêmico, com a

discriminação racial assumindo o papel de ferramenta primordial na preservação e consolidação do poder estatal (CARNEIRO, 2011).

Carneiro (2011) postula que o racismo constitui um sistema de opressão estrutural fundamentado na hierarquia social. Ao abordar essa temática, a ativista ressalta que uma compreensão essencial do racismo implica reconhecer que o sistema promove a ideia de que "certos humanos são mais ou menos do que outros, o que conseqüentemente, leva à naturalização da desigualdade de direitos" (Carneiro, 2011, p. 15-16). Tal afirmação ocorre no momento em que a sociedade, ao lançar seu olhar sobre corpos designados como dejetos sociais, passam a naturalizar a privação de direitos básicos para corpos negros, e por conseqüentemente, privando-os de "privilégios" e barrando-os de acesso a espaços de poder. Essa percepção contribui para a consolidação de um ambiente onde a negação de prerrogativas fundamentais a indivíduos de ascendência negra se torna arraigada e, lamentavelmente, aceita.

Gonzalez e Hasenbalg (1982), comentam que o racismo é visto como fenômeno social, resultante do sistema arcaico das interações grupais formadas no passado escravista. Todavia, após a falsa abolição da escravização, o racismo toma novas formas, adquirindo funções e significados novos e as práticas racistas da branquitude, relacionam-se com ganhos materiais e simbólicos obtidos através de sangue negro. Nesse sentido, atualmente a raça ainda continua a funcionar como segregação hierárquica, como forma de regra que dita quem pode e não pode, quem tem e não tem e quem está no poder e não está. A raça também é fator produtor de classe social.

Esse fenômeno está enraizado e estruturado na base da sociedade. O racismo estrutural, para Gonzalez e Hasenbalg (1982), não se limita apenas no campo de atitudes individuais, é um sistema que perpetua desigualdades, minorizando grupos e fortalecendo a estrutura de poder para outros – os brancos. Bento (2022), nomeia o acordo implícito dos brancos de pacto da branquitude, que se refere a um conjunto de acordos entre pessoas brancas que perpetuam a supremacia e reforçam o racismo estrutural, acordos que servem como manutenção para continuar com a estrutura de poder, feita para manter a branquitude ainda na casa-grande, forçando a população negra a manter-se apenas nas favelas.

Entretanto, mediante a ótica do pacto da branquitude, torna-se passível de análise um fenômeno de notável interesse, inserido na intrincada complexidade do sistema. Nesse contexto, uma considerável fragilidade e apreensão permeiam a

psique branca. A celebração de um pacto inconsciente, visando a manutenção do status quo, sugere um temor profundo entre os indivíduos brancos, que receiam perder a posição de poder que detêm – ressaltando-se, com ênfase, que essa esfera de influência é resultante, exclusivamente, do racismo e da discriminação social decorrentes dos períodos de trabalho escravista.

O racismo estrutural não é o único presente na sociedade, a existência de vários tipos de racismo é reflexo da complexidade das interações sociais e das diferentes formas como as pessoas podem discriminar com base na raça (GONZALEZ; HASENBALG 1982). O racismo não é um fenômeno uniforme; ele se manifesta de maneiras diversas. Essas formas podem interseccionar e alimentar-se mutuamente, resultando em manifestações multifacetadas do preconceito racial. Diferenças históricas, culturais e estruturais contribuem para a variedade de expressões do racismo em diversas sociedades.

Já explicado o que é racismo, é necessário conceituar que há diferenças entre racismo e preconceito. Há dois tipos de preconceito, o de marca/cor, que são relacionados por características fenotípicas e o de origem, que refere-se a ancestralidade, que mesmo que o sujeito não tenha traços corpóreos negros, se no corpo há sangue negro, a negritude sendo transmitida pelo sangue, então haverá preconceito por parte dos brancos (CFP, 2017).

Para além dos tipos de preconceito, há os tipos de racismo, que de acordo com a cartilha de Referência Técnica do Conselho Federal de Psicologia – CFP para atuação de Psicólogos frente às Relações Raciais (2017), se dividem em três níveis: racismos institucional, interpessoal/intersubjetivo e pessoal/internalizado. O institucional diz respeito à prática de tratamento desigual e diferenciada, que indica a falha do Estado ao promover políticas de reparação igualitária aos grupos minorizados.

O racismo institucional pode ser encontrado em diversas instituições, como governamentais, educacionais e corporativas; interpessoal ou intersubjetivo é o processo de desigualdade baseado na cor que ocorre entre os sujeitos em interação, perpassando relações, ocorrendo por meio de ações diretas explícitas ou tácitas e; o pessoal ou internalizado acontece por meio de ações explícitas ou veladas, quando uma pessoa negra se sente feia pela cor da sua pele e/ou se afasta da negritude.

O aprofundamento do fenômeno do racismo institucional ainda precisa ser debatido em contexto nacional, como destacado por Carneiro (2011), que, comenta

sobre pesquisas realizadas em instituições hospitalares, evidenciando uma disparidade flagrante no atendimento, revelando que a assistência destinada às pessoas negras se caracteriza por uma demora exacerbada e uma notável falta de humanização. Esses aspectos, por sua vez, concorrem para a implementação de um tratamento menos eficaz em comparação com seus homólogos brancos. Tal conjuntura instaura um ambiente permeado por apreensões na comunidade negra, que se vê desencorajada a buscar os serviços de saúde diante do temor de enfrentar discriminações, questão que corrobora para condições desfavoráveis da população negra. Um exemplo contundente dessa realidade é personificado por Sueli Rocha Rodrigues, que, infelizmente passou por uma experiência de racismo institucional, quebrou o silêncio ao denunciar seu caso. Em uma entrevista ao jornal Hoje em Dia, o Delegado Benvindo Antônio Ferreira, ao comentar sobre o incidente, sublinha a gravidade do problema, lançando luz sobre a urgência de abordagens e reformas que busquem erradicar esse flagelo social.

...ele [o médico] foi enquadrado no crime de injúria mediante racismo, conforme o terceiro parágrafo do artigo 140 do Código Penal. Ele vai responder em liberdade. A denúncia teria sido feita após comentários de repúdio a pessoas pobres e negras. Sueli conta que foi ao hospital, após sofrer algumas contrações. Enquanto esperava atendimento teria escutado o médico comentar, com duas recepcionistas da instituição, que “odiava pretos”, que “eram uma raça miserável”, e que “preto (sic) e pobre tinha mais era que morrer”. De acordo com a estudante, as afirmações teriam sido feitas após comentários da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África (CARNEIRO, 2011, p. 60 – 61).

Lugones (2014) desencadeia uma provocante reflexão ao salientar que a colonialidade permeia de maneira intrínseca todos os matizes da existência, transcendendo inclusive os domínios institucionais. O fenômeno, catalisado pelo racismo institucional, não apenas impregna corpos e relações, mas também orchestra uma dinâmica que tenta submeter indivíduos ao colonizador. Este processo engendra uma dicotomia na qual alguns respondem ao colonizador enquanto outros, de maneira muitas vezes velada, se veem compelidos à obediência. A sutileza dessa submissão revela-se como uma manifestação complexa e multifacetada da colonialidade, instigando uma análise aprofundada sobre as nuances desse fenômeno que transcende as esferas sociais e institucionais.

Atravessando as complexas tramas das relações humanas, o racismo interpessoal emerge como o arauto de humilhações, predominantemente instigadas por indivíduos que desfrutam de um lócus de privilégio, quer seja ele delineado pelas

nuances sociais ou pela pigmentação da pele. Notavelmente, este tipo de discriminação pode entrelaçar-se de maneira sinuosa com outras formas de opressão, como o sexismo. A sutileza é a característica marcante desse fenômeno, revelando-se de maneira tão sub-reptícia que, quando confrontado, o acusado prontamente nega a veracidade da situação, refutando veementemente que as motivações de seu comportamento estejam enraizadas na raça ou cor do outro (CFP, 2017).

Nutrido pelo substrato social, o racismo pessoal ou internalizado se insinua como um tecido intricado de concepções fictícias e falaciosas, delineando uma narrativa de supremacia e subalternidade entre diferentes raças (CFP, 2017). A perspicaz análise de Lugones (2014), à luz do feminismo negro, discorre sobre essa problemática, delineando a trama da colonização que se propunha a subjugar os denominados "seres primitivos" – uma categorização que recaía sobre negros e indígenas. No âmbito da colonialidade, as mulheres eram representadas pelas brancas, enquanto os homens recaíam na figura dos colonizadores europeus. Esse complexo processo de hierarquização, fundamentado em noções de superioridade e inferioridade, é fruto da longa perpetuação de discursos racistas, urdidos desde os primórdios pelos próprios colonizadores.

Compreendo a complexidade da relação entre a Psicologia e o legado colonial, refletindo-se na escassez aparente de abordagens decoloniais, é crucial reconhecer que a disciplina perpetuou visões hegemônicas. Seria de notável interesse que a profissão estivesse ciente da necessidade de enfrentar sua dívida histórica para promover uma prática mais inclusiva e contextualmente sensível. A busca por uma Psicologia mais diversificada e atenta às questões históricas é um desafio significativo, mas vital para a evolução da disciplina.

Frente às problemáticas de longas datas, as quais têm sido arquitetos de sofrimento e segmentação social e econômica, o Brasil, tardiamente, empreende esforços para enfrentar e tentar reparar a dívida histórica que mantém com sua própria população. É somente em 2010, sob o mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a principal lei que trata da igualdade racial, a Lei nº 12.288/2010, foi promulgada, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial. Com o objetivo de combater a discriminação racial e promover a igualdade de oportunidades para todos, independentemente de sua origem étnica. O Estatuto abrange uma série de temas, incluindo políticas de promoção da igualdade racial, medidas de combate ao racismo, garantias de direitos e preservação da memória cultural afro-brasileira. Ela reconhece

a necessidade de ações afirmativas para superar desigualdades historicamente enraizadas (BRASIL, 2010).

Entretanto, apesar da postura normativa das leis que visam combater a discriminação e fomentar a igualdade, constata-se que o país continua permeado por manifestações de racismo, mantendo-se em débito substancial com a população negra e perpetuando disparidades que subsistem no âmbito social, consolidando um sistema hierárquico arraigado. As estruturas legais do sistema brasileiro parecem operar com eficácia apenas quando favorecem e legitimam a parcela que estabelece relações de poder/saber, isto é, a branquitude em relação ao negro. Este fenômeno está intrinsecamente relacionado ao pacto previamente mencionado, conforme Bento (2022), definiu. Vale ressaltar que, tal pacto não se limita a acordos informais entre indivíduos brancos, mas, de forma abrangente, permeia instituições e, como evidenciado, inclui as próprias leis, tornando-as instrumentos integrantes do pacto da branquitude.

O processo de branqueamento, no Brasil, teve início com a onda de imigração de europeus brancos. Este influxo populacional, caracterizado por uma inequívoca hegemonia racial, moldou a ideia de uma nação predominantemente branca. Este fenômeno, marcado por um desolador aniquilamento da diversidade étnica, foi instrumentalizado pela branquitude que, na tentativa de reduzir a presença negra, instituiu políticas imigratórias. O movimento foi tão incisivo que culminou na promulgação da Lei 601, a qual, segundo registros do CFP (2017), facilitava a aquisição de terras brasileiras por parte dos imigrantes europeus. Em essência, a política de imigração foi concebida estrategicamente; ao invadir um país com uma população predominantemente negra, o invasor branco estava respaldado por legislação que facilitava a apropriação de propriedades. Este primórdio das políticas públicas brasileiras, lamentavelmente, não se traduziu em benefícios para o povo nativo e escravizados, mas antes favoreceu os invasores, cuja permanência nas terras se consolidou sobre a fundação trágica de um passado construído à custa de sangue negro.

A partir disso, o mito da democracia racial começa a ser fundado. Com os escravizados já “libertos” e com os imigrantes já instalados, eles assumem os postos de trabalho mais valorizados. Todavia, a mão de obra que antes era realizada por escravizados, agora é realizada por máquinas. Logo, sem nenhuma política de reparação – pois desde o começo as leis favorecem os invasores – a população negra

viu-se incluída na exclusão do processo produtivo. O que restou foram as atividades rurais, vistas como economicamente decadentes – como a cartilha de Referência Técnica do Conselho Federal de Psicologia – CFP para atuação de Psicólogos frente às Relações Raciais (2017), comenta, essa é mais uma das caras do racismo, retirar o negro do mercado de trabalho digno.

A democracia racial é tão falaciosa, que a elite nacional, após a “libertação” dos negros/as, seguiu buscando dominar psiquicamente o/a negro/a, tentando sempre aplicar o golpe da magia branca, embranquecer o negro, tanto em corpo como em mente. O branqueamento significava tornar a população negra humana, mudar comportamentos e culturas combinado com a necessidade de criar biologicamente pessoas intermediárias entre as raças, os pardos.

Conforme a assertiva de Lugones (2014), a perspectiva hegemônica do período em questão concebia, de maneira intrínseca, a plenitude da humanidade apenas para os indivíduos brancos burgueses. Tal concepção permeava não apenas as esferas sociais, mas também reverberava na avaliação de comportamentos e culturas. Nesse contexto, os padrões estabelecidos pelos segmentos brancos e burgueses eram exaltados como ideais, delineando uma estrutura normativa na qual apenas as práticas alinhadas a tais parâmetros eram plenamente aceitas. Qualquer desvio desses padrões, por sua vez, era submetido a um processo peculiar de embranquecimento, caracterizado pela imposição de normas culturais e comportamentais eurocêntricas como uma espécie de medida mágica de legitimidade. Este fenômeno revela não apenas a intrincada relação entre poder, branquitude e burguesia, mas também a imposição de uma hegemonia cultural que excluía e desvalorizava manifestações diversas que não se coadunavam com os moldes preestabelecidos.

Nesse contexto, os povos originários e escravizados se viram compelidos a ajustar-se às normas estéticas europeias, o que frequentemente implicava em práticas de clareamento da pele como um meio de conformidade. As dimensões linguísticas e educacionais igualmente sucumbiram a uma imposição drástica, onde a substituição compulsória por um idioma branco se tornou norma, refletindo não apenas um processo de aculturação forçada, mas também um instrumento de dominação. Paralelamente, as religiões e crenças tradicionais foram submetidas a uma reelaboração, na qual os valores associados à branquitude prevaleciam, configurando uma reinterpretação cultural que servia aos propósitos do controle social. Em última

instância, as alterações promovidas pela ideologia da brancura não se limitavam a meras mudanças superficiais, mas constituíam um mecanismo intrincado de imposição de normas e valores, evidenciando a interseção entre controle social, conhecimento e poder.

É importante deixar explicitado que houveram dois grandes processos de colonização e, por mais que ambos acontecem de maneiras parecidas no que tange a violações e violências de direitos, o processo de colonização dos indígenas e a escravização da população negra foram eventos distintos, mas ambos marcados por injustiças e impactos duradouros. No contexto das Américas, os colonizadores europeus, a partir do século XV, exploraram terras habitadas por povos indígenas, impondo dominação por meio de conquista, deslocamento forçado e, em alguns casos, genocídio. Como destaca Ribeiro (2023), no processo de colonização dos indígenas/povos originários, houveram ocupações, posse de território, contaminação por meio de doenças, entre outros fatores utilizados pelos invasores.

Lugones (2014) meticulosamente analisa o intrincado processo de colonização, delineando a invasão como um movimento simultaneamente violento, violador e "educativo". Emerge a percepção de que para além da exploração de mão de obra escravista, a colonização ostentava a ambição subterrânea de impor uma europeização colonial. O intento era, de certa forma paradoxal, humanizar aqueles que encontraram, ainda que tal humanização se desdobrasse mediante métodos extremamente questionáveis, incluindo massacres em larga escala. Tanto as mortes tangíveis, por meio de assassinatos, quanto as simbólicas, exemplificadas pelos estupros coloniais, convergiam para a cristalização de uma distinção fundamental entre seres humanos e não humanos. Este nefasto discernimento conferia exclusivamente aos invasores o status de homens e mulheres, relegando qualquer indivíduo não enquadrado nesse estrito paradigma à imposição da europeização forçada ou à destinação inexorável aos rigores do trabalho escravista, onde eram reduzidos à condição de machos e fêmeas, destituídos de humanidade.

Para além da desumanização que equiparava os "não civilizados" a animais, Lugones (2014) sublinha a desafortunada transmutação desses grupos em entidades tachadas de satânicas, infantis e agressivas sexualmente, impondo a necessidade premente de uma suposta transformação. Contudo, o colonizador negligenciou o fato de que, desde a invasão, essa metamorfose já estava em curso, moldada pela coerção psíquica e física imposta pela supremacia branca. Os homens, subjugados

aos açoites e compelidos a erigir e manter a casa grande, viam-se metamorfoseados pela brutalidade. Enquanto isso, as mulheres, vítimas dos estupros coloniais, experimentavam uma transformação dolorosa, de mulheres a fêmeas, reduzidas a meros objetos sexuais nas mãos dos senhores colonizadores. Além disso, a metamorfose estendia-se ao âmbito da cor, pureza e evangelização, impondo-lhes características de brancura, horror e violência, perpetuando a lógica da europeização como a culminação desse processo.

Curiosamente, essa tentativa de mudança comportamental, foi realizada através de um comportamento assombroso, o estupro colonial praticado pelo colonizador. Ou seja, além do Brasil ser constituído em cima de um cemitério indígena, o país é também formado em cima de uma cultura violenta e violadora de direitos humanos, sobretudo, de direitos das mulheres. Lugones (2014), argumenta que o homem colonizador, no contexto histórico, percebia aqueles que considerava inferiores como seres subumanos, resultando no despojamento da humanidade dos povos indígenas e negros que eram submetidos ao escravismo. Esses indivíduos eram privados do exercício pleno de sua condição humana. A mulher colonizadora, por sua vez, era concebida como responsável pela produção de uma linhagem pura, associada à sua suposta pureza sexual. Contrastando com essa visão, o corpo da mulher negra e indígena sofria uma brutal violação. Essa distinção de tratamento, ressalta a complexidade das relações sociais durante o período colonial, evidenciando a exploração e as diferenças fundamentais na percepção e tratamento dos diversos grupos humanos.

A “missão civilizatória” colonial era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático (por exemplo, alimentando cachorros com pessoas vivas e fazendo algibeiras e chapéus das vaginas de mulheres indígenas brutalmente assassinadas) (LUGONES, 2014, p. 938).

O mito da democracia racial, difundido notadamente por Gilberto Freyre, postula erroneamente que no Brasil não subsistem problemas significativos de discriminação racial, propugnando uma convivência harmoniosa entre indivíduos de distintas origens étnicas. Entretanto, a análise das evidências refuta de maneira categórica as falácias inerentes a esse mito, revelando-se em flagrante desacordo com a realidade experimentada pela população negra. Tanto na esfera histórica quanto na contemporânea, as profundas disparidades sociais e econômicas encontram-se inextricavelmente ligadas a determinantes raciais. Manifestações de

racismo estrutural e institucional, explicitadas por meio de discriminação no acesso à educação, mercado de trabalho, saúde e sistema de justiça, atestam de modo inequívoco a persistência do racismo no seio da sociedade brasileira (CPF, 2017). O reconhecimento dessas disparidades é crucial para promover uma análise crítica da realidade e, conseqüentemente, para a implementação de ações efetivas visando à desconstrução dessas barreiras históricas e à construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Não obstante a inconsistência do mito da democracia racial, uma considerável fatia da sociedade brasileira subscreve firmemente a crença de que o país não está sujeito ao fenômeno do racismo. Este cenário levanta indagações acerca do que parece ser uma diligência incessante, notadamente por parte da população branca, em preservar o mito. Este último emerge como um dispositivo compensatório, instrumentalizado como argumento para enfatizar o suposto grande benefício que as elites brancas contemporâneas teriam concedido à população negra, conforme é debatido pelas feministas negras latino-americanas, que ao longo do artigo foram citadas, Sueli Carneiro (2011) e Lélia Gonzalez (1982). A pertinência da questão também ecoa pelo documento do Conselho Federal de Psicologia que fora citado ao decorrer da pesquisa (CFP, 2017).

A persistência desse mito se revela como um elemento coeso no tecido social, funcionando como justificativa para uma narrativa que destaca a generosidade histórica dos senhores de engenho modernos para com os negros. Esse esforço de preservação do mito, em última instância, é articulado por meio de um pacto, o qual simboliza o compromisso da comunidade branca de manter-se no poder e perpetuar uma ordem social que beneficia seus próprios interesses. Essa dinâmica reflete não apenas uma narrativa histórica distorcida, mas também a preservação de estruturas de poder/saber que perpetuam as desigualdades raciais na sociedade ainda hoje.

A concepção do pacto da branquitude suscita a possibilidade de a Psicologia também forjar um compromisso capaz de catalisar transformações significativas em seu âmbito e na esfera social. Este pacto, embora complexo em sua busca por encontros (im)possíveis, revela-se imperativo para o avanço na luta contra o racismo e na promoção da saúde mental da população negra. O diálogo, a educação e a conscientização despontam como elementos-chave nesse processo, demandando a disposição de todos os envolvidos em pactuar e perpetuar essa trajetória ao longo de gerações. citar a cartilha.

O exame crítico de nosso compromisso ético-político é crucial, provocando a indagação sobre se reproduziremos práticas racistas de uma Psicologia historicamente moldada para a elite ou se efetivamente a enegreceremos, redefinindo nossas condutas. Estamos, de fato, preparados para uma prática antirracista? Que recursos dispomos para intervir em problemáticas raciais? Como abordamos a diversidade de desafios psicológicos? Somente por meio de reflexões como essas, e outras similares, é que podemos avançar no processo de transformar a Psicologia em uma profissão antirracista e decolonial. Este percurso, então, destaca a urgência de uma abordagem interdisciplinar para compreender e confrontar as estruturas racistas entranhadas na sociedade.

3 METODOLOGIA

Este artigo é de cunho qualitativo, pois fornece uma abordagem mais profunda, interpretativa e colaborativa para entender as complexidades envolvidas da temática. O que permite que o contexto histórico e cultural seja levado em consideração, na qual é essencial para entender como a Psicologia se desenvolveu historicamente como um espaço racista e como poderia ou está trabalhando para mudar essa realidade atual. Segundo Gil (2002), a pesquisa qualitativa é uma abordagem que se concentra na compreensão e interpretação de significados. Ela é utilizada para explorar fenômenos subjetivos e complexos, tais como crenças, atitudes, valores, comportamentos e experiências humanas.

O intuito desta pesquisa é descrever a Psicologia enquanto espaço racista, como impactou na população negra e a atual tentativa de se tornar uma profissão antirracista. Dito isso, quanto ao objetivo, foi desenvolvido uma investigação exploratória e explicativa, visto que, foi identificado a necessidade de delimitar o artigo, pois o tema abrange muitas estâncias, e aprofundar diante da realidade, buscando um maior conhecimento através dos métodos que serão utilizados, assim como aprofunda-se na compreensão da realidade em busca das razões, motivos e causas (GIL, 2008).

A partir da complexidade do artigo, viu-se que seria necessário realizar dois tipos de pesquisa, documental e bibliográfica. O método de pesquisa bibliográfica não se resume em pesquisar um, dois ou três artigos que tratam sobre o assunto do

problema de pesquisa, a pesquisa se faz por meio de métodos e análises de resultados (GIL, 2002).

Para realização da pesquisa bibliográfica fizemos uma busca sistemática na literatura a partir de três bases de dados: Scielo, BVS e EBSCO Host. Para essa busca, delimitamos como critério de inclusão artigos sendo a coleção Brasil, idioma português e marco temporal a partir de 2013.

Na seleção do material, dividimos em três buscas em cada base de dados. Na 1ª busca utilizamos o operador *booleano and*, usado para combinar os descritores Psicologia Social *and* racismo; Saúde Mental *and* racismo e Historiografia *and* racismo, encontrando um total de 14797 artigos. Na 2ª busca utilizamos o filtro de coleção Brasil, idioma português e marco temporal dos últimos 10 anos, resultando em 373 artigos. Por último, lemos o resumo, introdução e considerações finais dos artigos pré-selecionados, para descarte daqueles que não contemplaram o tema do artigo, restando apenas 16 artigos.

Descritores/bases de dados	SCIELO			BVS			EBSCO		
	1ª BUSCA	2ª BUSCA	3ª BUSCA	1ª BUSCA	2ª BUSCA	3ª BUSCA	1ª BUSCA	2ª BUSCA	3ª BUSCA
Psicologia Social <i>and</i> racismo	60	39	4	4887	169	5	30	18	1
Saúde Mental <i>and</i> racismo	41	33	2	9705	92	3	21	10	1
Historiografia <i>and</i> racismo	14	4	0	21	1	0	18	7	0
	1ª BUSCA			2ª BUSCA			3ª BUSCA		
Total	14.797			373			16		

Fonte: Produção dos autores

Esta pesquisa se desenvolve, também, por meio de uma pesquisa documental, que utiliza materiais que não receberam nenhum tratamento científico. Podem ser encontrados em arquivos públicos e privados, incluindo cartas pessoais, jornais, fotografias, revistas, regulamentos, ofícios, cartilhas, relatório de pesquisa ou empresarial, entre outros (GIL, 2002). O documento usado para análise e produção

de resultados neste artigo é a Cartilha “Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os”, de autoria do CREPOP - Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CFP, 2017).

Como operador metodológico, utilizamos os incidentes críticos em uma pesquisa científica, o que refere-se a eventos, situações ou descobertas significativas que podem impactar profundamente os resultados, a validade ou a interpretação de um estudo. Esses incidentes podem ser tanto positivos quanto negativos e geralmente são considerados essenciais para o progresso da pesquisa. Exemplos de incidentes críticos incluem a descoberta de um novo fenômeno inesperado, a identificação de uma falha metodológica grave, ou a confirmação de uma hipótese fundamental. O reconhecimento e a gestão adequada dos incidentes salientam a garantia, qualidade e a integridade da pesquisa científica (SPINK *et al.* 2014).

Usando a cartilha como base, levantamos os seguintes incidentes críticos: História da Psicologia no contexto racista; Branqueamento e mito da democracia racial; Racismo institucional; Movimento negro na Psicologia e a participação do sistema conselhos de Psicologia na luta antirracista (contribuições).

Além disso, neste artigo foi utilizado a ferramenta analítica de dados de interseccionalidade de Patrícia Hill Collins, que considera as múltiplas dimensões da identidade de uma pessoa, visando compreender os efeitos das relações de poder umas sobre as outras em uma sociedade que é múltipla. Entende que raça, gênero, etnia, classe, entre outros - não são fenômenos distintos, mas se atravessam, sendo o foco da interseccionalidade, analisar essa conexão dos fenômenos, a influência de um sobre o outro (COLLINS, 2021).

4 HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO RACISTA

A historiografia da Psicologia está intrinsecamente ligada ao contexto racista, que permeia a sociedade ao longo dos séculos. A Psicologia tem uma história complexa, que inclui momentos de avanços, mas também períodos em que teorias e práticas foram usadas para ocasionar e perpetuar preconceitos raciais, contribuindo para a criação de conhecimento que o justificava. Isso ocorreu ao dar respaldo científico a estereótipos sem fundamentos por meio de teorias discriminatórias, além de adotar como norma uma realidade que não reflete a diversidade presente no país (CFP, 2017).

Nesse contexto, a Escola Nina Rodrigues desempenhou um papel significativo na estruturação do pensamento racial no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento inicial da Psicologia no país. Um dos principais mentores dessa escola, o médico Arthur Ramos, que também representava o pensamento psicanalítico na década de 1930, fundou a ideia de que parte dos negros trazidos para o Brasil eram culturalmente atrasados, em contraste com outras pessoas (CFP, 2017).

É importante ressaltar que, o pensamento racista esteve presente na formação dos primeiros Serviços de Higiene Mental, bem como nos Centros de Orientação Infantil e Juvenil e nos setores de Psicologia Clínica. Nesse contexto, é relevante lembrar que o campo da Psicologia, que se consolidou entre as décadas de 1930 e 1970, se baseava na ideia de "carência", especialmente em relação a crianças com problemas de aprendizagem e emocionais, isso foi comprovado em uma biopsicologização da sociedade e da educação, onde a Psicologia tinha a responsabilidade de identificar a anormalidade psíquica (CFP, 2017).

Durante o século XIX, um período em que ideias racistas eram amplamente aceitas em muitas partes do mundo, a Psicologia estava emergindo como uma disciplina acadêmica. Infelizmente, a maioria dos primeiros pensadores e cientistas, desenvolveram teorias e ideias preconceituosas. Francis Galton, um cientista britânico, é um exemplo notório disso. Ele promoveu o conceito da eugenia, a crença de que certas raças eram superiores a outras e que a seleção artificial poderia melhorar a qualidade genética da população. Embora Galton não tenha sido um psicólogo, suas ideias influenciaram alguns aspectos relacionados à Psicologia na época, sobretudo, a Psicologia experimental (DEL CONT, 2008).

Outro episódio significativo de discriminação na história da Psicologia foi a disseminação dos testes de QI (Quociente de Inteligência) no início do século XX. Muitos desses testes foram construídos com base em preconceitos raciais e culturais, promovendo a crença equivocada de que certas raças possuíam naturalmente maior inteligência do que outras. Essas teorias exerceram influência nas políticas discriminatórias de imigração e educação em diversos países (MAIO, 2017).

É crucial mencionar, também, o "Holocausto Brasileiro" como um episódio que se refere ao genocídio ocorrido no Hospital Colônia em Barbacena, Minas Gerais. Trata-se do tratamento desumano e muitas vezes letal que os pacientes ao longo do século XX sofriam. Milhares de pessoas foram submetidas a condições precárias, incluindo superlotação, falta de higiene, abusos físicos, psicológicos e negligência

médica. Muitos profissionais de saúde mental da época, incluindo psicólogos, estiveram envolvidos e foram coniventes com tais práticas, na qual foram usadas para incluir a internação forçada de pessoas consideradas "indesejáveis" pela sociedade, perpetuando estigmas e preconceitos contra pessoas com problemas de saúde mental (MATOS – DE – SOUZA; MEDRADO, 2021).

É importante reconhecer que os internos eram em sua maioria negros, o que nos leva a refletir sobre as implicações raciais desse acontecimento, nas quais foram usadas para ocasionar e perpetuar o racismo. Inclusive, no Brasil, sob a influência do pensamento europeu, havia a busca por prognósticos e terapias em prol da saúde pública, mas esses esforços, em grande parte, visavam preservar a "raça" e evitar a suposta degeneração devido à miscigenação. Essas ideias, no entanto, foram modificadas e geraram debates acalorados na medicina e antropologia. O elemento comum entre essas ideias era a crença de que a presença de pessoas negras e a miscigenação eram específicas à composição do povo brasileiro, que era idealizado como semelhante ao europeu do Norte, considerado o padrão de civilização (FREITAS, 2018).

Desde os anos 1990, profissionais da Psicologia de origem afrodescendente procuram sensibilizar a comunidade da Psicologia para o problema da discriminação racial. Entretanto, só a partir dos anos 2000 é que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) começou a incorporar essa questão, lançando a campanha "Preconceito racial humilhação, a humilhação social causa sofrimento" e emitindo a Resolução nº 18 de 2002, que estabelece diretrizes para a atuação dos psicólogos no combate ao preconceito racial. Em 2004, o CFP publicou o livro "Psicologia e Direitos Humanos: subjetividade e exclusão" (CFP, 2017).

O objetivo principal dessas iniciativas era evidenciar o impacto do racismo no psicológico das pessoas negras. Apesar de mais de uma década ter se passado desde a inclusão desse tema na agenda dos Conselhos de Psicologia, muitos psicólogos parecem ainda não estar totalmente envolvidos nas discussões sobre como o racismo ainda se perpetua, além de fortalecer estereótipos relacionados e associados à população negra. Visto que, a Psicologia continua a ser conivente com a perpetuação desse olhar, mantendo-se em silêncio diante das desigualdades políticas (CFP, 2017).

Segundo Gouveia e Zanello (2019), a formação dos psicólogos no Brasil parece não os preparar para entender e atender a população específica negra do país. A Psicologia clínica acaba por perpetuar o racismo ao não abordar questões

essenciais para compreender a cultura e subjetividade das pessoas brasileiras das pessoas negras, além de não lidar com as consequências sociais. É urgente que a ciência psicológica reconheça e se dedique às demandas do sofrimento psíquico da população negra, materializando a dor e reconhecendo suas dimensões, como gênero, cor de pele, classe social e idade. Portanto, é importante abordar de forma mais aprofundada as questões raciais e o impacto do racismo na saúde mental das pessoas negras.

5 O MOVIMENTO NEGRO E SUA INTERSECÇÃO COM A PSICOLOGIA E O SISTEMA CONSELHO: ENCONTROS (IM)POSSÍVEIS?

Abordar a questão racial tem sido uma iniciativa realizada por psicólogos em diversas regiões. Contudo, é fundamental questionar a escassa contribuição da Psicologia e do Sistema Conselho na luta contra o racismo, destacando a importância de um envolvimento mais sólido e comprometido nessa luta, como debatido no tópico anterior, para isso será apresentado alguns encontros que foram possíveis, porém que ainda deixam a desejar, pela ausência de engajamento frequente.

Após a oficialização da Psicologia como ciência e profissão, uma das primeiras ações significativas foi o lançamento do livro “Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social”, escrito pela psicanalista Neusa Santos Souza, em 1983, natural da Bahia. Essa ação marcou o desenvolvimento do movimento, que ganhou impulso na década seguinte com o surgimento de organizações não governamentais como o CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CFP, 2017).

Incluindo, o Instituto AMMA PSIQUE NEGRITUDE em São Paulo, na qual desempenharam papéis cruciais nas discussões sobre racismo, sexismo, igualdade racial e de gênero, sua abordagem anterior focada apenas na prática clínica, ficou no passado, houveram renovações de enfrentamentos. O AMMA está presente no congresso brasileiro de Psicologia, posicionando-se contra a lógica da Psicologia colonial; presente também na campanha nacional de direitos humanos do sistema conselhos de Psicologia 2020 - 2022; apresenta cursos voltados para área de relações étnico racial; promove seminários a política nacional de saúde integral da população negra. Reconhecendo suas potencialidades e propondo estudos de uma Psicologia decolonial, que se preocupa com as relações étnico raciais (CFP, 2017).

Ademais, temos Virgínia Bicudo, socióloga e psicanalista, na qual dedicou uma parte significativa de sua carreira à pesquisa sobre as relações raciais no Brasil, destacando-se como uma defensora dos direitos dos afro-brasileiros e contribuindo para uma compreensão mais profunda das dinâmicas raciais. Seu trabalho foi fundamental para lançar luz sobre as desigualdades sociais e econômicas enfrentadas pela população negra. Sua participação no Conselho Federal de Psicologia, foi oficializado em dezembro de 1973, e até então se posiciona como uma figura pioneira em discussões raciais que continua sendo essencial e pertinente até hoje (DIÉGUEZ, 2011).

Os autores Schucman e Martins (2017), apontam que a Psicologia construiu novos espaços acadêmicos para que a temática seja debatida, o que foi de extrema importância para o movimento negro, uma vez que, se a Psicologia se relaciona gradativamente mais com esses movimentos sociais, torna-se mais implicada com a construção de uma comunidade mais justa e igualitária. É preciso enfatizar que, houve um progresso maior na Psicologia referente às temáticas raciais, na qual emergiu no fim da década de 1970 e início de 1980, a respeito disso, houve a chegada da Abrapso e delineações no Sistema Conselhos de Psicologia. Em consequência, para que as questões raciais sejam abordadas, foi criado novas áreas na academia e em nosso grupo profissional, seja para entender as desigualdades sociais que são produzidas quanto aprender os acontecimentos estruturais perante a nossa sociedade.

Segundo Alves et al. (2020), durante o Fórum Social Mundial, que ocorreu em Porto Alegre/RS, a Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), iniciou a campanha “O preconceito racial humilha, a humilhação social faz sofrer”, onde intencionou um debate nacional acerca do racismo no campo do Sistema Conselhos, ademais, o CFP divulgou a Resolução de número 18/2002, na qual constitui diretrizes de atuação para psicólogos em correspondência ao preconceito e à discriminação racial.

Atualmente, a Psicologia se envolve na luta antirracista de algumas formas, seja nas políticas públicas, na presença em debates pertinentes a essa temática, onde se busca trazer uma aquisição de maior visibilidade desse tema, também na promoção de eventos e conferências de questões raciais, construindo maior conhecimento sobre o preconceito e racismo, auxiliando na formação e saber dos profissionais. É importante notar que, apesar dos esforços crescentes da Psicologia para se envolver na luta antirracista, ela ainda não está tão presente como deveria.

Isso decorre, em grande medida, da abordagem hesitante e descontínua que muitos profissionais adotaram em relação a esse compromisso, demonstrando um nível de envolvimento intermitente. Infelizmente, uma Psicologia verdadeiramente ativista e engajada na luta antirracista é uma tenuidade, em detrimento do progresso que já poderia ter sido alcançado.

Nas normas técnicas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação ao preconceito e à discriminação racial aborda as questões raciais em suas discussões, contudo é relevante observar que houve uma considerável demora por parte da Psicologia e do Sistema Conselho em aderir à causa racial e se integrar aos debates, e ainda há muitos movimentos nas quais não se está atuando ativamente, como, Movimento Negro Unificado (MNU), Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), Marcha das Mulheres Negras, Portal Gelédes e outros (CFP, 2017).

Embora tenham ocorrido avanços, como a publicação de resoluções e diretrizes relacionadas ao preconceito racial, é essencial que a Psicologia e os conselhos se engajem mais ativamente na luta contra o racismo, especialmente considerando a influência que a Psicologia pode ter nas subjetividades e nas relações raciais. É válido pensar que, as contribuições da Psicologia e do Sistema Conselho ainda não é tão substancial quanto deveria ser no enfrentamento ao racismo, é de extrema importância reconhecer que ainda há um longo caminho a percorrer para que assim, adotem efetivamente uma postura antirracista.

A interseção entre o Movimento Negro, a Psicologia e o Sistema Conselhos é marcada por desafios significativos, como a necessidade de uma maior conscientização, inclusão, parceria efetiva, formação e ampliação do debate em relação às questões raciais. No entanto, é fundamental que esses três elementos se complementam e colaborem na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Isso requer uma maior sensibilidade da Psicologia para as questões raciais, uma disposição do Sistema Conselho para trabalhar em parceria com os psicólogos, na inclusão de perspectivas e práticas que considerem a diversidade racial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história inicial da Psicologia no Brasil e, ainda, atualmente, a profissão tem desempenhado um papel significativo na perpetuação do racismo estrutural, influenciando até mesmo a produção científica psicológica. É crucial compreender a

interseccionalidade do racismo com a história do país, as dinâmicas raciais, a configuração da ciência, a higienização social, o controle social e os imperativos éticos, bem como o compromisso social inerente à profissão.

A Psicologia ainda desempenha um papel crucial na perpetuação de ideias que subalternizam a raça negra, relegando-a a estigmas de impureza, incompetência e falta de inteligência, enquanto simultaneamente alimenta fenômenos de fetichização na psique branca. O corpo negro, assim, torna-se refém da gestão do biopoder, exercido tanto pelo Estado quanto pela sociedade burguesa, que detêm o poder de determinar quem vive ou morre. A "discriminação racial" emerge como uma ferramenta sistêmica, regulando esse poder concentrado, predominantemente, nas mãos de homens brancos cisgêneros. Essa dinâmica, incutiu no ideário coletivo da sociedade a noção de superioridade de alguns sobre outros, contribui para a naturalização da desigualdade e para a negação sistemática de direitos à população negra.

O fenômeno do racismo, ao longo do tempo, metamorfoseou-se, adquirindo inúmeras facetas e manifestando-se de maneiras diversas, impulsionado por diferenciações históricas, culturais e estruturais na sociedade. Essa complexidade encontra sustentação no pacto tácito da branquitude, que visa a manutenção do poder concentrado nas mãos de um único grupo. Após enfrentar décadas de violência, decorrentes de uma cultura e sistema que oprimem suas existências, a população negra ainda enfrenta agora uma dolorosa tentativa de embranquecimento, permeando não apenas a sociedade, mas também comportamentos, produção científica e todas as esferas da existência humana. E essa realidade é pior quando analisado gênero e classe social.

Diante disso, é imperativo ressaltar a complexidade enfrentada na elaboração deste artigo, dada a escassez de produção científica sobre a temática abordada e a constatação de que o conhecimento científico psicológico gerado por pesquisadores negros não recebe a devida consideração no meio científico, evidenciando a necessidade premente de descolonização da ciência. Uma das ramificações dessa problemática é a incapacidade do profissional de Psicologia em lidar com demandas relacionadas ao racismo e deter conhecimento e sensibilização acerca das nuances do racismo desde a formação até a prática profissional. Ao explorar essa temática, torna-se evidente que o profissional permanece despreparado para adotar uma abordagem psicológica decolonial, perpetuando inadvertidamente ações racistas. A

falta de engajamento por parte dos profissionais e acadêmicos nas questões étnico-raciais, no contexto da formação ética e de conhecimentos decoloniais, alimenta a lógica do racismo, contribuindo para a higienização dos corpos negros. Importante salientar que essa higienização, presente nos métodos de intervenção, nem sempre se revela de maneira dissimulada e sutil.

O problema em questão atinge proporções tão graves que, após anos da criação do Sistema Conselhos, somente em 2017, em colaboração com o CREPOP, foram adotadas medidas modestas, materializadas na elaboração de uma cartilha que orienta a atuação do profissional de Psicologia. Reconhecemos a tentativa em se comprometer em transformar-se em uma profissão genuinamente antirracista. Contudo, ao seguir uma lógica e ciência de diretrizes que refletem exclusivamente uma realidade embranquecida, perpetua-se a exclusão das necessidades da população negra em discussões e na implementação de propostas eficazes, mesmo que modestas, visando reparar as trajetórias racistas percorridas para a consolidação dessa profissão.

Apenas tardiamente assumiu uma postura que poderíamos denominar como politicamente antirracista, caso este posicionamento se possa, de fato, ser afirmado. Na contemporaneidade, observa-se um esforço por parte da Psicologia em integrar-se ao movimento negro e engajar-se na luta por uma sociedade antirracista. Nesse contexto, o presente artigo busca ampliar a perspectiva das(os) psicólogas(os), instigando um olhar decolonial capaz de promover intervenções eficazes no processo psicoterapêutico e nas diversas esferas de atuação da Psicologia, com foco na preservação da saúde da população negra. O intento é transformar a profissão em um agente militante efetivo na causa antirracista, uma metamorfose que demanda ações desde a graduação até a prática profissional, com a criação de diretrizes que verdadeiramente confrontem o racismo, em oposição a perpetuá-lo, como tem sido observado até o momento.

Sem dúvida, a historiografia da Psicologia revela uma intrincada conexão com o racismo ao longo dos séculos. Desde a Escola Nina Rodrigues até os testes de QI e o trágico episódio do "Holocausto Brasileiro", a Psicologia frequentemente colaborou na perpetuação de preconceitos raciais. A despeito dos esforços empreendidos nas últimas décadas, persiste uma significativa lacuna para que a Psicologia reconheça e enfrente de modo mais contundente as questões raciais. É imperativo que a categoria assuma a responsabilidade de reformular o papel que desempenhou na sustentação

do racismo em sua trajetória histórica. Deve empenhar-se ativamente em reescrever sua própria narrativa, engajando-se na luta contra o racismo em todas as suas manifestações. Somente por meio de um compromisso inabalável com a igualdade, diversidade e inclusão, a Psicologia poderá ser legitimamente reconhecida como uma força positiva e inclusiva no movimento negro.

A desconstrução do paradigma da Psicologia branca como o ideal de sucesso profissional é crucial para impulsionar o movimento de enegrecimento da profissão, buscando uma abordagem decolonial e uma contextualização mais autêntica na prática profissional. Nesse contexto, a pesquisa desempenha um papel estratégico, visando desvelar as complexidades das estruturas históricas que moldaram a Psicologia enquanto uma ciência e práxis racista. Ao desafiar e reimaginar os padrões estabelecidos, a pesquisa promove a reflexão e pistas sobre a necessidade da perspectiva decolonial, fomentando uma prática psicológica mais autêntica e reparadora.

VOZES-MULHERES

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.*

*ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.*

*A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue e fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.*

O ontem – o hoje – o agora.

*Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.*

(Conceição Evaristo)

7 REFERÊNCIAS

- ALVES, Míriam Cristiane; COSTA, Eliane Silvia e CASTELAR, Marilda. **Psicologias Antirracistas: Desafios Epistemológicos, Metodológicos e Ético-Políticos**. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 2020, v. 40, n. spe. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003052019>>. Acesso em 6 out. 2023
- A Psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. spe, p. 246–271, dez. 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/xSzSsZxsrJwGYkKMH7npl8Q/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 26 out 2023
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.228, de julho de 2010. **Estatuto de Igualdade Racial. Decreto presidencial nº 8.136/13**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em 09 nov 2023
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. São Paulo: Zahar, 2023
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011
- COLLINS, Patrícia, Hiils. **Interseccionalidade**. São Paulo: Biotempo Editorial. 1ª ed. 2021
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogos/os**. 2017. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf. Acesso em: 21 mar. 2023
- DAMASCENO, Marizete Gouveia e ZANELLO, Valeska M. Loyola. **Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos**. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 2018, v. 38, n. 3, pp. 450-464. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-37030003262017>>. Acesso em: 21 mar. 2023
- DEL CONT, V. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Scientiae Studia*, v. 6, n. 2, p. 201–218, abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ss/a/nCZxGgFHn8MVtq8C9kVCPwb/#>. Acesso em: 02 out 2023
- DIÉGUEZ, C. R. M. A. "Negro é negro": **a contribuição da obra de Virginia Leone Bicudo aos estudos de relações raciais**. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 24, n. 47, p. 219–222, jan. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/HFtgNF7CnkT79XFJVCyVVxw/?lang=pt#>. Acesso em: 18 nov 2023
- FREITAS, Evandra Viana de. **Quem sai aos seus não degenera: Juliano Moreira e a teoria abasileirada da degenerescência social**. Evandra Vieira de Freitas – Vitória da Conquista, 2018. 105 f
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Editora Atlas, São Paulo, 6ª edição, 2008
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982
- GOUVEIA, M.; ZANELLO, V. **Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras**. *Psicologia em Estudo*, v. 24, p. e42738, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/WLqvt9yG7rmBzz4kvp8TVSL/#>. Acesso em: 19 abril. 2023
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935–952, set. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 out 2023

MAIO, M. C. A Crítica de Otto Klineberg aos testes de inteligência. O Brasil como laboratório racial. **Varia História**, v. 33, n. 61, p. 135–161, jan. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/vh/a/X5CvGxCDL6cwG3cXmYHpbGj/?lang=pt#>. Acesso em: 02 out 2023

MATOS-DE-SOUZA, R.; MEDRADO, A. C. C. Dos corpos como objeto: **uma leitura pós-colonial do 'Holocausto Brasileiro'**. Saúde em Debate, v. 45, n. 128, p. 164–177, jan. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/v9vGDrgDPfQt3KJkS5Kjndc/#>. Acesso em: 02 out 2023

MAYORGA, Claudia; CASTRO, Ricardo Dias de; LINO, Tayane. "Psicologia, Racismo E Anti-racismo: Primeira Parte." **Cuadernos De Psicología**. (Bellaterra, Barcelona). 2021. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_a891a362c702446abf7b1188cc8a2ba3. Acesso em: 04 abril. 2023

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita.

Psicologia USP. 2006, v. 17, n. 1, pp. 89-98. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-65642006000100007>>. Acesso em: 04 abril. 2023

PRADO FILHO, K.; MARTINS, S. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 14–19, set. 2007. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/NJYycJNvX58WS7RHRssSijH/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 17 abril. 2023

RIBEIRO, Darcy. Os Índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno. São Paulo: Global Editora, 2023

SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do "Objeto da Ciência" ao Sujeito Político. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. spe, p. 172–185, 2017.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/CFM99XdXn4rxMPVjz5j5shy/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 13 out. 2023

SPINK, Mary Jane Paris; BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; CORDEIR, Mariana Prioli. A produção de informação na pesquisa social:

compartilhando ferramentas. 1.ed. — Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014

Anexo I - Material analisado na Revisão de Literatura

Título	Autor	Base de Dados	Ano
O Cheiro do Racismo na Cultura Político-Afetiva Higienista Brasileira: o Saneamento do Corpo-Dejeto	Victor de Jesus	Scielo	2022
Psicologias Antirracistas: Desafios Epistemológicos, Metodológicos e Ético-Políticos	Miriam Cristiane Alves, Eliane Sílvia Costa e Marilda Castelar	Scielo	2020
Psicologia e Racismo: as Heranças da Clínica Psicológica	Maiara de Souza Benedito e Maria Inês Assumpção Fernandes	Scielo	2020
A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político	Lia Vainer Schucman e Hildeberto Vieira Martins	Scielo	2017
Nem Crioulo Doido nem Negra Maluca: por um Aquilombamento da Reforma Psiquiátrica Brasileira	Emiliano de Camargo David e Maria Cristina Gonçalves Vicentin	Scielo	2020
Descolonizando a Psicologia: Notas para uma Psicologia Preta	Lucas Motta Veiga	Scielo	2019
Psicologia da Diferença, Relações Raciais e Formação da(o) Psicóloga(o)	Antonio Vladimir Félix- Silva, Jéssica Pereira Duque, Joice Silva dos Santos e Matheus Barbosa da Rocha	Scielo	2022
Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos	Marizete Gouveia Damasceno e Valeska M. Loyola Zanello	Scielo	2018
Psicologia, Racismo e Antirracismo: Primeira Parte	Claudia Mayorga, Ricardo Dias de Castro e Tayane Lino	BVS	2021
Psicologia, Racismo e Antirracismo: Segunda Parte	Claudia Mayorga, Ricardo Dias de Castro e Tayane Lino	BVS	2022
Tornar-se Negro: Raça, Identidade e Biopoder	Mário Santos Morel e Danichi Hausen Mizoguchi	BVS	2021
A Contribuição dos Estudos Críticos da Branquitude para Compreensão do Preconceito Racial na Psicologia Social	Felipe N. Carvalho e Lia Vainer Schucman	BVS	2022
A Relação entre Racismo, Saúde e saúde Mental: Psicologia e Educação Antirracista	Marcos Antonio Batista da Silva e Ivani Francisco de Oliveira	BVS	2021

Revisão Sistemática de Estudos da Psicologia Brasileira Sobre Preconceito Racial	Airi M. Sacco, Maria Clara P. de Paula Couto e Sílvia H. Koller	PEPSIC	2016
Relações Étnico-raciais e Psicologia: Publicações em Periódicos da SciELO e Lilacs	Edna Martins e Alessandro De Oliveira dos Santos Marina Colosso	PEPSIC	2013
Dores, Medos e Abandonos: As Implicações do Racismo na Saúde Mental de Pessoas Pretas.	Dandara Silva Araujo e Maria Zilda Silva Soares	EBSCOHost	2023

